

---

## Quinta do Bom Pastor: 300 anos de história

Uma breve pesquisa é suficiente para, depressa se constatar, que a história da Quinta do Bom Pastor se encontra inteiramente por fazer. O pouco que sobre ela se escreveu é devido ao padre Álvaro Proença (1912-1983), pároco de Benfica, no estudo publicado em 1964, *Benfica Através dos Tempos*. Ponto de partida essencial, assente na documentação que o sacerdote pôde então cotejar entre a documentação paroquial, as escassas páginas que dedica à Quinta do Bom Pastor seriam repetidas por todos os autores que, posteriormente, sobre ela escreveram.

Deste modo, toda uma nova investigação se revestiu de primordial importância, procurando enquadrar e compreender a história da Quinta do Bom Pastor.

Chamada, na sua génese, de Quinta das Buracas (mais tarde, da Buraca), esta origem geológica do nome fixa-se como a designação mais frequente, até meados do século XVIII. Outras expressões se registam, a partir de então, passando a assumir, com frequência, o nome dos seus vários proprietários: Quinta de Pedro Caetano, Quinta de Bernardo António, Quinta do Bom Pastor, Quinta dos Marqueses de Fontes.

Entre todas estas designações, fixa-se como a mais habitual, ainda nos finais do século XIX, a de Quinta do Bom Pastor. Expressão que tem origem no tempo em que foi seu proprietário João António Lopes Pastor, conhecido por homem íntegro e solidário (chamado, precisamente, O Bom Pastor) seria o nome particularmente assertivo, e muito adequado, à futura utilização, como Casa de Retiros da Diocese de Lisboa.

Antiga zona de ocupação saloia, às portas da cidade, a freguesia de Benfica seria marcada, a partir do século XVII, pela presença de várias famílias abastadas. Particularmente apreciada pela riqueza das suas terras, densidade do arvoredo

e proximidade à capital, ali se fixariam diversas quintas de veraneio, residências de campo e palácios, como os do marquês de Abrantes, do marquês de Fronteira ou do Calhariz. Expandindo-se com os novos loteamentos e espaços agrícolas, a zona seria ainda potenciada, a partir do século XVIII, com os trabalhos do aqueduto das Águas Livres, obra joanina, cuja construção despoletaria uma crescente ocupação e intensa renovação urbana.

Será pois, neste quadro, que se inscreve a edificação da Quinta do Bom Pastor. Vasto complexo marcado pela distinta casa nobre de traça pombalina, jardim formal de feição barroca (com os seus tanques e fontes) e frondosa área envolvente (pontuada pela característica casa de fresco), o atual complexo configura, no plano estético, uma típica opção setecentista para residências de campo, articulada com algumas soluções românticas, resultado das múltiplas intervenções ao longo dos tempos.

Reflexo dessa diversidade, é o conjunto de azulejaria ainda sobrevivente, que permite acompanhar as várias fases dos seus 300 anos de história: desde os fragmentos barrocos, de azulejos monocromos a azul e branco, passando pelos revestimentos de padrão pombalino, à policromia *rocaille*, ou ainda aos painéis relevados, já de feição romântica.

Mas a história da Quinta do Bom Pastor passa, necessariamente, para além da identificação material de cada um dos seus componentes, pelos diversos proprietários, responsáveis pela reconfiguração do conjunto nas diferentes épocas.

Residência familiar desde a sua origem, a cada um, e em cada momento da História, são devidas marcas indissociáveis da Quinta. Desde a sua construção, passando pelas diversas campanhas decorativas, melhoramentos, ou até às vivências

---

quotidianas, todas elas se ligam aos proprietários que por aqui passaram.

A mais antiga referência à Quinta da Buraca remonta a 1712, e é concedida pelo padre António Carvalho da Costa (1650-1715), que assinala, na descrição que faz da freguesia de Benfica: “duas casas, hūas de hum casal, e outras de hūa quinta de Antonio de Brum, que chamão as Buracas.” (Costa, 1712: 644).

Propriedade da família Brum Pimentel por estes tempos, pertencia então a António de Brum Pimentel, seu fundador e primeiro proprietário. Descendente de Willem van der Bruyn (filho de Antonio van der Bruyn, flamengo, povoador da ilha da Madeira), destacou-se particularmente no exercício do cargo de Feitor da Descarga da Alfândega de Lisboa, herdado do seu sogro, em meados do século XVII. Proprietários do ofício desde então, os Brum Pimentel ocupariam o cargo durante três gerações.

Quanto às casas a que se refere Carvalho da Costa, na quinta das “Buracas”, seriam então simples construções térreas, de apoio à lavoura, não servindo ainda de morada permanente à família, que residiu, até meados do século XVIII, junto ao convento de Santa Marta, em Lisboa.

A atual configuração do complexo, dotado de casa nobre e várias estruturas complementares, como o jardim de buxo ou a casa de fresco, remonta já à segunda metade do século XVIII, no tempo em que um neto deste Brum Pimentel, Pedro Caetano, ali fixa residência. Também ele feitor da Descarga da Alfândega de Lisboa, seguindo a tradição familiar, seria figura de vulto do seu tempo. Casado com uma açafata da rainha D. Mariana de Áustria, a vienese Mariana Catarina Antónia Pistori, os serviços prestados e a proximidade à família real valer-lhe-iam avultadas dotações, a mercê do hábito da Ordem de Cristo e o foro de fidalgo.

Quanto à residência da Buraca, Pedro Caetano estabelece-se na Quinta em 1756, juntamente com a mulher e sua mãe, a francesa Isabelle

Chalier, em virtude dos danos causados pelo Teramoto de 1755 na morada de Lisboa. Dedicado ao cultivo de trigo e produção vinícola, é nos registos da *Décima da Cidade* que encontramos a mais completa descrição da propriedade: com “Patio, Cazas Nobres, vinha, e terras de sementeira, com hum Moynho de vento, e seis courelas de terra que tudo faz por sua conta, onde assiste, que custuma produzir de anno comum”.

Documentada a permanência de Pedro Caetano durante quinze anos (1756-1771), contava aqui a família com vinte criados, uma escrava, um caseiro e um cocheiro, bem como, para o trabalho agrícola, de um carreiro, um moleiro e um moço de quinta, dando ainda abrigo a um pobre.

Em 1766 morre D. Mariana Pistori. Certamente devido ao falecimento da esposa, Pedro Caetano deixa a Quinta da Buraca como residência permanente. Prossegue, no entanto, o seu alargamento, adquirindo uma Quinta vizinha, para vinha, cultivo de novos pomares e instalação de uma abegoaria. Falecido em 1771, a Quinta seria então adquirida por um novo senhorio.

Será neste contexto que, a partir de 1774, a história da Quinta da Buraca passa pela figura de Bernardo António da Silva (1732-1806), um dos muitos nomes que, por estes anos, aqui se fixam, associado à conclusão dos trabalhos no aqueduto das Águas Livres. Concluído o troço da obra nesta zona, inicia-se junto ao palácio o chafariz da Buraca, destinado a abastecer a comitiva real nas deslocações que fazia então ao Palácio de Queluz.

Escrivão da Junta das Águas Livres e mestre empreiteiro do aqueduto, Bernardo António da Silva acumula fortuna no Brasil, de onde regressa na década de 60. Casado com D. Genoveva Leocádia Xavier, residirá na Quinta da Buraca durante os quarenta e três anos seguintes.

Chamada então de “Quinta de Bernardo António”, cuidaram os seus novos proprietários da manutenção da lavoura, vinha e terras de sementeira.

Quanto ao seu papel para a história do

---

edifício, a eles se devem também importantes intervenções. Desde logo, assegurando o funcionamento do oratório particular da casa, remonta a 1774, o breve pontifício para poder “mandar celebrar o Santo Sacrifício da Missa no Oratorio das Cazas de Sua habitação”. Proveniente desse espaço, sobrevive ainda o retábulo coevo, vestígio raro do património móvel da Quinta neste período, que importa preservar.

Aos novos proprietários serão também devidas algumas campanhas relevantes, nomeadamente: os três grandes painéis monocromos da Real Fábrica do Rato (c. 1780), figurando, ao centro, uma cena mitológica de *Apolo e Diana*; a muito interessante escadaria em *trompe l’oeil*, tão ao gosto dos meados do século XVIII, com azulejos repetindo, na parede, os motivos da guarda em ferro fundido da escadaria; e a pintura da casa de fresco, à maneira do célebre francês Jean Pillement.

A todas estas intervenções, plenamente integradas nos mais atualizados padrões estéticos de finais de Setecentos, não seria estranho o contacto privilegiado com alguns nomes relevantes do panorama artístico do seu tempo.

Feito Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1799, viria a falecer na Quinta da Buraca em 1806, com 74 anos de idade. A Quinta, continuaria a ser habitada pela viúva, D. Genoveva Leocádia, durante mais onze anos. Prosseguindo a exploração agrícola, reconhece-se durante esse período uma significativa diversificação da produção, somando, à vinha e plantações já existentes, novas oliveiras e pomares.

Quanto ao edifício, remonta ainda a esta primeira década de Novecentos o alargamento do pátio de acesso – estrutura marcante na sua tipologia – que se converte agora numa “grande entrada de Patio com acomodações e Oficinas necessárias”.

Falecida em 1818, será no ano anterior que D. Genoveva Leocádia vende a Quinta da Buraca a João António Lopes Pastor, seu proprietário

durante os quarenta e dois anos seguintes.

Inicia-se assim outra das épocas de maior relevância na história da Quinta do Bom Pastor. Descendente de família abastada, proveniente de Bragança, João António Lopes Pastor (1780-1859) prossegue em Lisboa o ofício do pai, Luís Lopes Pastor, mestre da corporação do Largo Liso da Real Fábrica das Sedas. Continuando o negócio familiar, João António viria a converter-se num conceituado negociante e proprietário de uma fábrica de tecidos na capital.

Senhorio da Quinta da Buraca a partir de 1817, a ele se devem algumas adaptações no edifício e as várias intervenções novecentistas, ainda hoje conservadas.

Conhecido por benemérito e homem de cultura, do seu percurso de vida destaca-se o relacionamento com Jerónima Deville, viúva, residente em Lisboa, cujas filhas Lopes Pastor viria a perfiar. Uma delas, Adelaide, companheira de Almeida Garrett e mãe de três dos seus filhos, justificaria a forte amizade que uniu o escritor a Lopes Pastor. Freqüentador assíduo da casa da Buraca – que passaria então a chamar-se do Bom Pastor – são várias as notícias das temporadas aqui passadas por Garrett. Repetidamente citada pelo próprio nas suas *Prosas* (1904), não deixa de ali evocar: a casa do “Pastor”, os “fructinhos”, os chuchus e as limas “que vieram da Buraca”.

Muitas dessas temporadas, contudo, destinou-as à redação de algumas obras. Falecida Adelaide, em 1841, foi na dor da viuvez e no drama da sua própria vida que imortalizou a amarga glória de *Frei Luís de Sousa*; os traços da *Joaninha dos Olhos Verdes*; ou *O Alfageme de Santarém*. Tendo a Quinta da Buraca como cenário, recorda-o Teófilo Braga: “Nas suas doenças Adelaide ia convalescer para Bemfica, para a quinta da Buraca... Foi ahi, n’esse refugio piedoso que datou Garrett muitas das suas principaes obras; o Auto de Gil Vicente, O Alfageme de Santarem, o Bernal Frances, o Frei Luiz de Sousa”.

Um último episódio, que celebrizaria a Quinta

---

durante a propriedade de João António Lopes Pastor, remonta a 1852, ano em que é colocada à disposição da infanta D. Maria Amélia, filha do rei D. Pedro IV, que ali passa uma temporada na companhia da mãe, a imperatriz D. Amélia (mãe da rainha D. Maria II). Muito apreciada pelos seus bons ares, como relata Inácio Vilhena Barbosa, “Durante a penosa enfermidade que poz termo, na Ilha da Madeira, á existencia de S. A. I. a sra. D. Maria Amélia, foi esta princeza, em companhia de sua augusta mãe, procurar algum lenitivo em seus padecimentos n’esta quinta de singular amenidade e socego.” (Barbosa, 1863: 106).

Consequência do acolhimento concedido, Lopes Pastor seria mesmo agraciado pela soberana com mercê de Comendador da Ordem de Cristo.

A 1 de abril de 1859 Lopes Pastor termina os seus dias em Lisboa. Sem filhos, a Quinta manter-se-á na família nos anos seguintes.

Entre finais do século XIX e inícios do século XX (1908), será propriedade do industrial francês Jean Baptiste Garrelon e sua mulher, negociantes de cortiça e pais de um engenheiro da equipa do mais célebre Gustave Eiffel, responsável pela construção da linha de caminho-de-ferro do Oeste.

Ao longo de toda a primeira metade do século XX os proprietários da Quinta do Bom Pastor foram os marqueses de Fontes, António Maria de Fontes Pereira de Melo Ganhado (1886-1969), 3º Marquês, sua esposa, D. Maria das Dores Pereira de Eça e Albuquerque Lobato (1884-1940), e sua mãe D. Maria Emília da Silva Cabral (1855-1937).

Engenheiro dos Caminhos de Ferro, mecenas e administrador do Jardim Zoológico de Lisboa, adota a Quinta do Bom Pastor para residência de Verão.

Responsáveis pela manutenção e alguns melhoramentos estruturais, em 1923, a marquesa de Fontes empenha-se da construção de cinco interessantes pavilhões exteriores, tipicamente filiados no gosto arquitetónico da “Casa Portuguesa”, na verdade, cinco luxuosos galinheiros,

aprovados pelo município.

Ponderando, no final da década de 40, a venda da quinta para fins industriais, António Maria Fontes Pereira de Melo acabaria por vender a propriedade em 1954 à Câmara Municipal de Lisboa.

Na posse do município desde então, os 29.200 metros quadrados que compunham a Quinta do Bom Pastor são vendidos, dois anos depois, ao Patriarcado de Lisboa. Destinada, desde cedo, à construção de uma Casa de Retiros, as várias contendas com a Câmara Municipal de Lisboa protelariam a obra. E assim, apenas em 1958 se inicia a concretização do sonho do seu promotor, D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), dando entrada nos serviços municipais o processo para concessão de licença de construção da Casa de Retiros.

Em apreciação durante dois anos, a nova obra inicia-se a 12 de Maio de 1960, sendo inaugurada quatro anos depois, em 1964.

A antiga Casa Senhorial adapta-se então a Residência patriarcal, após resignação do cardeal Cerejeira, que ali se recolhe no próprio dia, a 10 de maio de 1971. Falecido na Quinta do Bom Pastor, a 1 de agosto de 1977, deixa, no opúsculo que dedica à sua última morada, as derradeiras palavras dirigidas à Diocese: “Deixo a diocese como entrei nela. Nada lhe trouxe, tudo lhe dei do que me deram, saio sem levar de meu, senão os objetos de meu uso.”

É pois um privilégio, para todos quantos aqui trabalhamos, fazer parte desta História. A Conferência Episcopal Portuguesa inicia agora um novo capítulo, com enorme sentido de responsabilidade, e inquestionável rigor na recuperação deste património. A todos compete a sua preservação, ao serviço da Igreja portuguesa. Faço votos que este novo capítulo seja fecundo, e tão fascinante quanto aqueles que acabamos de encerrar.

*Sandra Costa Saldanha*